



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

6ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004395-77.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Práticas Abusivas**
 Requerente: **Volpe & Nogueira Utilidades Eireli - Epp**
 Requerido: **Zein Importação e Comercio Eireli**

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

Vistos.

-

VOLPE & NOGUEIRA UTILIDADES EIRELI - EPP ajuizou ação (nominada) de **DANOS MORAIS** contra **ZEIN IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO EIRELI**, alegando, em resumo, que adquire produtos da acionada há décadas e que, em dezembro/2017, recebeu a informação de que um boleto, no valor de R\$ 870,88 (oitocentos e setenta reais e oitenta e oito centavos), "estava em aberto". Apurou-se perante o banco encarregado do recebimento que "o valor retornou ao local do pagamento". Após tratativas, o boleto foi pago em 01.03.2018, situação informada à requerida no dia seguinte. Todavia, em 16.03.2018, recebeu notificação do apontamento do título para protesto, causando-lhe embarços perante fornecedor e instituição financeira. Somente em 25.03.2018, recebeu a carta de anuência, mas em nome do banco apresentante, o que não permitiu o cancelamento do protesto. Destaca que a acionada já tinha conhecimento do pagamento, e que é a primeira vez, em décadas, que tem um título protestado. Pleiteia a condenação da acionada ao pagamento de indenização estimada em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Citada, a requerida apresentou defesa postulando a denúncia da lide ao BANCO e impugnando a indenização pretendida.

É o relatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

DECIDO.

Julgo este processo no estado em que se encontra, por não haver necessidade de produção de outras provas (artigo 355, I, do Código de Processo Civil).

Assim já se decidiu:

“O julgamento antecipado da lide, quando a questão proposta é exclusivamente de direito, não viola o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório” (Agravado de Instrumento 203.793-5-MG, em Agravo Regimental, Relator Ministro Maurício Correa, 2ª. Turma do Supremo Tribunal Federal, j. 03.11.97, “in” Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, Theotonio Negrão – 39ª edição – 2207 – Saraiva).

“O julgamento antecipado da lide, sobre questão exclusivamente de direito, não constitui cerceamento de defesa, se feito independentemente de prova testemunhal, protestada pelo réu” (RTJ. 84/25, op.cit).

Trata-se de ação em que a autora postula indenização por danos morais, por conta de protesto indevido.

Por primeiro, tem-se que inviável a denunciação da instituição financeira, apontada pela acionada como responsável pela cobrança indevida do título, vez que ausentes os requisitos do artigo 125, II, do Código de Processo Civil.

Embora a acionada não esteja impedida de manejar eventual ação contra a instituição financeira, não é correto afirmar que haveria direito automático de regresso, questão que resvala na apresentação de fato novo

É situação típica em que o acionado judicialmente procura, com a intervenção do terceiro, a exclusão da responsabilidade que lhe é atribuída. Delineada, portanto, nova lide que não pode ser oposta, nestes autos, à autora.

Registre-se, no particular, o entendimento jurisprudencial prevalente:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

"Fixa o entendimento pretoriano não comportar denunciação da lide nos casos em que o denunciante intenta eximir-se da responsabilidade pelo evento danoso atribuindo-a, com exclusividade, a terceiro. Nesse caso, não há direito de regresso" (Recurso Especial 630.919-AgRg, da 4ª Turma, do Superior Tribunal de Justiça, Relator Ministro Fernando Gonçalves, j., 15.02.2005, in Código de Processo civil e Legislação Processual, Theotonio Negrão, e outros, 47ª edição, 2016, pág.234).

Feitas tais considerações, rejeita-se a pretendida denunciação da lide.

O pedido inicial deve ser julgado procedente, apenas com adequação do valor postulado à título de indenização.

Incontroverso, nos autos, que o título foi pago e que a requerida disso tinha conhecimento antes da efetivação do protesto.

O pontual pagamento do título em momento algum foi negado pela acionada.

Firmado, portanto, que o protesto do título foi indevido.

Pertinente, daí, a pretendida indenização por danos morais.

Tem prevalecido o entendimento de que o protesto indevido obriga à indenização, por conta da lesão moral *in re ipsa*, sem necessidade de comprovação de outros desdobramentos prejudiciais ao lesado.

No caso, em detrimento da honra objetiva da autora, tem-se que o protesto indevido, além da publicidade que lhe é inerente, comprovadamente chegou a conhecimento de terceiro (pág.41/43). É situação que, reconhecidamente, macula imagem da empresa, propiciando abalo no crédito e no conceito que goza no meio comercial. É situação de desprestígio que reflete negativamente em seus negócios.

Não se pode afastar, portanto, a existência de postura comercial abusiva da requerida, ato ilícito, portanto, de cobrança indevida, e de relevante constrangimento para a autora. A situação extrapola os toleráveis transtornos cotidianos, não se tratando de mero dissabor, mas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

verdadeiro abalo moral suscetível de reparação. É pertinente realçar que a quitação do título era de conhecimento da acionada, que haveria de tomar providências eficazes para evitar o protesto do título que sabia indevido, mas não o fez. Denota-se certo descaso (negligência) com sua parceira comercial ao permitir o protesto.

Nessa ordem de ideias, mostra-se como devida a buscada indenização por danos morais.

Em precedentes, ora invocados como razão de decidir, se estabeleceu:

"INTERVENÇÃO DE TERCEIROS - DENUNCIAÇÃO DA LIDE - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM QUE A RÉ MANTÉM SUA CONTA DE COBRANÇA E AQUELA QUE EMITIU OS BOLETOS PARA PAGAMENTO A CARGO DO AUTOR - INADMISSIBILIDADE - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS POSTOS NO ART. 70, III, DO CPC/73 (ART. 125, II, DO CPC/15) - INEXISTÊNCIA DE PROVA DE QUE TAIS BANCOS DEVERIAM, POR FORÇA DE CONTRATO, INDENIZAR, EM AÇÃO REGRESSIVA, A DEMANDADA, NO CASO DE SAIS VENCIDA NO PROCESSO.

RESPONSABILIDADE - CIVIL - PROTESTOS DE DUPLICATAS QUITADAS E POSTERIOR INSCRIÇÃO DO NOME DO AUTOR EM CADASTROS DE INADIMPLENTES - DEVER DE INDENIZAR CARACTERIZADO - DANO MORAL "IN RE IPSA" - VALOR (R\$ 10.000,00) - MANUTENÇÃO - OBSERVÂNCIA DA RAZOABILIDADE E MODICIDADE, BEM AINDA DA FINALIDADE DE DESESTIMULAR A REITERAÇÃO DE CONDUTAS COMO AS DA ESPÉCIE E PROPICIAR CERTO CONFORTO AO LESADO, SEM FAVORECER SEU ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. RECURSO IMPRÓVIDO" (Apelação 0001995-39.2014.8.26.0396, da 23ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Relator Desembargador Paulo Roberto de Santana, j., 19.07.2017, v.u.).

"AÇÃO DECLARATÓRIA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – DENUNCIAÇÃO DA LIDE – Descabimento – A ré, demandada em juízo e condenada, poderá exercer o seu direito de regresso em processo autônomo, após a satisfação do direito do autor (art. 125, § 1º, CPC/2015) - No caso em análise, a denúncia da lide vai conspirar contra o princípio da celeridade e da razoável duração do processo – RECURSO DESPROVIDO NESSE TÓPICO.

AÇÃO DECLARATÓRIA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – DUPLICATA – PROTESTO INDEVIDO – Caso em que a ré enviou o título a protesto, mesmo tendo sido pego pela autora na data do vencimento - Protesto indevido - Dano moral presumido - Honra objetiva da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

6ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

empresa autora atingida - Valor da indenização arbitrado em R\$ 9.000,00, que se mostra adequado ao caso concreto – Sentença de procedência mantida – RECURSO DESPROVIDO" (Apelação 0003978-89.2015.8.26.0638, da 23ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Relator Desembargador Sérgio Shimura, j., 11.07.2018, v.u.).

Na fixação do *quantum*, tem-se que o valor inicialmente postulado mostra-se algo elevado, relembrando-se que a valoração da indenização por dano moral é, reconheça-se, árdua missão. Todavia, atento aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade, na esteira do entendimentos jurisprudencial prevalente e pelas peculiaridades do caso concreto, a indenização será arbitrada, seguindo parâmetro firmado neste juízo, em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que assegura ao lesado justa reparação, sem propiciar-lhe enriquecimento indevido, e tem, para a requerida, a finalidade pedagógica, a sugerir-lhe alteração em sua postura comercial, em hipóteses semelhantes.

Isso posto, **JULGO PROCEDENTE** esta ação movida por **VOLPE & NOGUEIRA UTILIDADES EIRELI - EPP** contra **ZEIN IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO EIRELI**, para condenar a acionada a pagar, em benefício da autora, a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com correção monetária a partir desta data, e juros legais, de 1% ao mês, desde a citação, à título de indenização por danos morais. Sucumbente, responderá a requerida pelas custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor da condenação (Súmula 326, do STJ).

P.R.I.

Araraquara, 24 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**